

CORREIO DE CAMPINAS

Mônica A./Gov SP e Fernando F./Ag.Brasil e Andressa A./Ag.Senado



Tarcísio à esquerda, Derrite no meio e Flávio à direita

Flávio e Tarcísio no pré-lançamento de Derrite

O senador Flávio Bolsonaro (PL), pré-candidato à presidência da República, estará em Campinas na sexta-feira (15) para o lançamento da pré-campanha do deputado federal Guilherme Derrite (Progressistas) ao Senado. O governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) também confirmou presença na cerimônia, que será realizada no Royal Palm Plaza a partir das 13h30. A entrada é gratuita e aberta ao público, mas é necessário cadastrar-se pela internet (<https://byma.com.br>). Derrite é capitão da reserva da PM paulista, tendo ganhado notoriedade pelo comando em pelotões da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) entre 2010 e 2015.

Candidato da Direita

Em 2023, Derrite assumiu a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo no governo Tarcísio, liderando operações contra o crime organizado. No início deste ano, deixou o cargo para focar na pré-candidatura ao Senado. Tem como bandeiras, o endurecimento de penas criminais, o fim das saídas temporárias de presos e o investimento em inteligência para segurança pública.

Arquivo Pessoal



Vice-presidente da Associação Paulista de Municípios

Gustavo Reis palestra em Campinas

Prefeito de Jaguariúna por 3 mandatos (2009-2012, 2017-2020 e 2021-2024), Gustavo Reis (PSD-SP) dará palestra gratuita na segunda (18) às 19h30 à Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa. Presidiu o Conselho da Região Metropolitana de Campinas por 5 vezes, foi vice-presidente de Telecomunicações da Frente Nacional de Prefeitos e atualmente é vice-presidente da Associação Paulista de Municípios. Pós-graduado em Direito do Trabalho, é ainda autor do livro Cooperativa de Trabalho: Problema ou Solução?

Prêmio da ONU

Na gestão dele, Jaguariúna alcançou o índice de mortalidade infantil zero e ganhou o Prêmio "Americas Award" da ONU (2010), como reconhecimento de governos que implementam políticas públicas exemplares, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A palestra será no Centro Pastoral Monseñor Fernando de Godoy (Av. Hermas Braga, 186).

PINGA-FOGO

Greve Unicamp I

O direito à greve reflete o exercício da liberdade de expressão profissional. No entanto, a legitimidade encontra-se condicionada à razoabilidade das propostas. Quando os pleitos extrapolam os limites do razoável, o movimento perde força perante a administração e a opinião pública.

Greve Unicamp II

A insistência em demandas desvinculadas da realidade transforma o diálogo em impasse. Entre as reivindicações apresentadas na greve da Unicamp, destaca-se o pedido de reajuste salarial de 15,97%. Somado a esse índice, pleiteia-se ainda a reposição da inflação, ignorando-se qualquer pragmatismo.

Greve Unicamp III

Tais exigências estabelecem patamares financeiros que não encontram respaldo na arrecadação atual ou projetada. Mesmo porque o orçamento institucional funciona mediante repasses vinculados à arrecadação de impostos, o que impede a garantia de índices de períodos ainda não transcorridos.

Greve Unicamp IV

Ao pautar a mobilização em torno de cifras fantasiosas, os grevistas afastam a possibilidade de conquistas graduais e factíveis. O foco em valores inalcançáveis prejudica a própria categoria, que necessita de melhorias imediatas e possíveis de implementação. Além disso, as manifestações também devem respeitar direitos de terceiros.

Greve Unicamp V

A obstrução à rotatória de acesso ao Hospital de Clínicas (HC), que atende urgências e emergências de toda a região, é no mínimo irresponsável e retira o apoio popular à causa trabalhista - e com toda e qualquer razão. É inadmissível que a busca por direitos desrespeite os de outrem.

Greve Unicamp VI

Para que o movimento seja levado a sério e alcance resultados concretos, é imperativo que haja reformulação das estratégias e metas. A maturidade sindical exige a conciliação entre as necessidades dos trabalhadores e a realidade pública, sem desvaneios.



Ministro integra o STF desde dezembro de 2021

André Mendonça dará Aula Magna na PUC

Ministro do Supremo abrirá a Escola de Justiça de Campinas

Raquel Valli

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, dará a Aula Magna da Escola de Justiça de Campinas (EJ-Campinas). A solenidade será na manhã de 1º de junho no Auditório Dom Gilberto Pereira Lopes no Campus I da PUC-Campinas. As inscrições estão abertas e devem ser realizadas exclusivamente pela internet (<https://www.sympla.com.br/evento/aula-magna-inaugural-da-escola-de-justica-de-campinas>) até as 12h do dia 28 de maio.

O evento terá início às 10h, com credenciamento liberado a partir das 9h. De acordo com a organização, será emitido certificado digital de participação para os inscritos que comparecerem. O espaço tem capacidade para 390 pessoas sentadas.

O campus da PUC-Campinas foi escolhido pela localização estratégica, próxima, inclusive, à Cidade Judiciária, facilitando o acesso de autoridades, advogados, estudantes e servidores públicos.

EJ-Campinas

Tem como intuito promover a formação jurídica continuada de agentes públicos municipais, o aperfeiçoamento técnico da Administração Pública e o fortalecimento do diálogo entre o Poder Público, as instituições jurídicas, a comunidade acadêmica e a sociedade civil. "Foi concebida para contribuir com a qualificação técnica da administração pública e também para aproximar o co-

nhecimento jurídico da sociedade", afirma o secretário municipal de Justiça, Peter Panutto.

Poderá desenvolver encontros, seminários, congressos, colóquios, jornadas, cursos de curta duração, cursos de especialização e outros eventos de natureza jurídica. Além dos agentes públicos municipais, é destinada a advogados, magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, delegados de polícia, notários, registradores, auditores fiscais, profissionais das carreiras jurídicas dos setores público e privado, estudantes de Direito e demais interessados.

Mendonça

Integra o STF desde dezembro de 2021, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) atendendo à bancada evangélica. Assumiu a vaga deixada pela aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello.

Antes de chegar à Corte, trilhou uma carreira no Poder Executivo e na Advocacia-Geral da União (AGU), onde ingressou em 2000. Durante o governo Bolsonaro, ocupou os cargos de Advogado-Geral da União, de Ministro da Justiça e Segurança Pública. É mestre e doutor em Direito pela Universidade de Salamanca, na Espanha, e também possui formação em Teologia, sendo pastor presbiteriano. A sabatina dele no Senado foi uma das mais longas, durando cerca de oito horas antes da aprovação pelo plenário.